
Perfil pessoal, laboral e temáticas prioritárias para qualificação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde

Personal, work profile and priority themes for the professional qualification of Community Health Agents

Júlia Leão Ávila Pessoa
Gislaine Aneanes da Silva
Mirian Cristina dos Santos Almeida
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Palmas – Tocantins

Resumo

Este estudo teve por objetivos caracterizar o perfil pessoal, laboral e as necessidades prioritárias de qualificação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do município de Palmas – Tocantins. Trata-se de uma pesquisa descritiva-exploratória com abordagem quantitativa realizada através de um questionário aplicado a 232 ACS; os dados foram tabulados no Microsoft Excel e analisados no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Com os resultados obtidos, conclui-se que no cenário do estudo uma parcela considerável dos ACS é mais velha e possui ampla experiência laboral; as temáticas sugeridas para qualificação profissional estão relacionadas às necessidades de atualização e aquisição de novos conhecimentos de acordo com o perfil epidemiológico e necessidades do território, buscando maior qualidade do trabalho realizado.

Palavras-chave: Agentes Comunitários de Saúde; Educação Continuada; Qualificação Profissional.

Abstract

This study aimed to characterize the personal and work profile and the priority themes for professional qualification of Community Health Workers (CHW) in the municipality of Palmas – Tocantins. This is a descriptive exploratory research with a quantitative approach carried out through a questionnaire applied to 232 CHAs; the data were tabulated in Microsoft Excel and analyzed using the *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). With the results obtained, it is concluded that in the study scenario a considerable portion of the CHWs are older and have extensive work experience; The themes suggested for professional qualification are related to the needs for updating and acquiring new knowledge in accordance with the epidemiological profile and needs of the territory, seeking greater quality of the work carried out.

Keywords: Community Health Workers; Continuing Education; Professional qualification.

1. Introdução

A formação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) é um componente vital para a eficiência do sistema de saúde pública no Brasil. Entretanto, no início dessa profissão, não se dedicava a devida atenção à formação desses profissionais tão importantes. Com o passar dos anos, essa realidade mudou, e os requisitos para o exercício da função de ACS foram se tornando mais rigorosos e completos. Desse modo, no início, era preciso apenas saber ler e escrever (Brasil, 2000); com a Lei nº11.350, instituiu-se a obrigatoriedade do término do ensino fundamental (Brasil, 2006), e a Lei nº13.595 instituiu que era necessária a conclusão do ensino médio e um curso inicial de no mínimo quarenta horas (Brasil, 2018).

Ainda assim, a problemática da falta de preparo e conhecimento adequado dos ACS sobre a esfera da saúde persiste, ao passo que esses profissionais atualmente possuem como requisito mínimo a conclusão do ensino médio e do curso de formação inicial, no qual não parecem suficientes para atender as demandas necessárias para realização do trabalho, além de que o setor da saúde sofre mudanças constantes de tal modo que a qualificação inicial não consegue supri-las (Brasil, 2018). Como uma solução desse desafio, as unidades de saúde adotam a Educação Permanente em Saúde (EPS) como meio de qualificação dos profissionais (Vallegas *et al.*, 2020), buscando promover a aprendizagem e a atualização de assuntos relevantes para os profissionais.

O conceito de EPS é muito discutido no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), o qual pode ser interpretado de diversos modos, sendo a forma mais direta uma construção coletiva de conhecimento de forma empírica, isto é, na prática, do serviço sobre temas específicos da demanda do local (Ferreira, 2019). Em vista disto, os gestores devem conhecer as lacunas e necessidades de aprendizagem dos trabalhadores, bem como o perfil epidemiológico e necessidades de saúde da região na qual trabalham a fim de ofertarem temas relevantes e necessários para que os profissionais exerçam suas funções de modo satisfatório, modificando positivamente sua prática profissional.

Outrossim, conforme a Portaria nº 2.436, dentre as atribuições específicas do ACS, estão: realizar a busca de indivíduos e famílias da área pela qual é responsável,

cadastrá-los e continuar atualizando os dados no sistema de informação, registrar os dados de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos, elaborar ações que integrem a equipe de saúde e a população designada, informá-los sobre as datas e horários de consulta e exames agendados, entre outras ações (Brasil, 2017).

Além disso, o ACS é o profissional que precisa conectar o conhecimento da esfera científica com o saber popular, visando a atender as demandas da população vinculada a ele. Nesse viés, o ACS inclusive é um morador da comunidade na qual trabalha, o que gera uma aproximação da comunidade ainda maior (Secco *et al.*, 2020).

Em síntese, para o ACS conseguir cumprir suas funções corretamente, deve ser devidamente capacitado. Desse modo, é necessária a evidenciação das atribuições prioritárias e caracterização do ACS no âmbito pessoal e profissional, a fim de que a qualificação seja mais precisa e atinja um alto nível de efetividade no atendimento à sociedade. Assim, este estudo buscou caracterizar o perfil pessoal, laboral e as necessidades prioritárias de qualificação profissional dos ACS do município de Palmas - Tocantins.

2. Metodologia

A presente pesquisa configura-se como descritivo-exploratória, de abordagem quantitativa:

caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas como coeficiente de correlação e análise de regressão (Richardson, 2015, p. 70).

2.1 População/ Amostra e Local da pesquisa

Os participantes da pesquisa são compostos pelos ACS da Rede municipal de Atenção à Saúde, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) do Município de Palmas – TO. Segundo dados da SEMUS, atualmente, o município possui cerca de 485 ACS distribuídos na Atenção Básica.

Para determinar o tamanho amostral, utilizou-se o OpenEpi, Versão 3, com a equação $n = [EDFF * Np(1-p)] / [(d2/Z21-\alpha/2*(N-1)+p*(1-p)]$. Considerou-se a população de 485 ACS, 5% de erro absoluto tolerável e intervalo de confiança de 95%, resultando

Perfil pessoal, laboral e temáticas prioritárias para qualificação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde

em uma amostra mínima de 215 ACS. Dos 259 que aceitaram participar do estudo, 27 foram excluídos por deixarem de responder mais de 20% das questões do instrumento de coleta de dados. Assim, a amostra desse estudo foi de 232 ACS.

Adotaram-se os seguintes critérios de inclusão para participação: ser ACS, não estar com desvio de função e estar atuando presencialmente em estabelecimento da Rede de Atenção municipal à Saúde em Palmas-TO.

2.2 Procedimento de Coleta de Dados

Após os trâmites éticos de autorização para coleta de dados, os pesquisadores entraram em contato com os gestores de cada unidade de saúde, agendaram o dia e horário mais propício para convidar os ACS em grupo ou de forma individual para participar do estudo. Os ACS foram convidados e esclarecidos sobre o objeto do estudo e aspectos presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após anuência, preencheram o instrumento de coleta de dados disponível de forma manuscrita ou via formulário digital, disponibilizado pelos pesquisadores por meio de link ou equipamento próprio. Para a coleta de dados, foi utilizado o seguinte instrumento: Questionário de Perfil pessoal, laboral e temáticas prioritárias para qualificação profissional dos ACS, no qual constam informações sobre: idade, sexo, escolaridade, tipo de vínculo, carga horária semanal, local de trabalho, tempo de atuação no local de trabalho, descrição da atividade laboral desenvolvida e indicações de temáticas prioritárias para qualificação profissional.

2.3 Análise dos Dados

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva simples, com tabulação dos dados no Microsoft Excel e análises no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 20.

2.4 Procedimentos Éticos

Este estudo faz parte do Projeto Qualificação Profissional de Trabalhadores de uma Rede Municipal de Atenção à Saúde. A coleta de dados ocorreu seguindo a legislação vigente sobre pesquisa com seres humanos. O estudo passou pela Comissão de Avaliação de Projetos de Pesquisa (CAPP) da Fundação Escola Saúde Pública de Palmas (FESP) (consentimento institucional) e foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins, obtendo parecer favorável

(CAAE 60210522.7.0000.5519 /Parecer nº 5.591.504). Os participantes assinaram o TCLE, em duas vias ou confirmaram anuência no formulário online que foi elaborado segundo os preceitos da Resolução 466/12, com linguagem clara e acessível, incluindo as informações sobre os objetivos do estudo, a garantia do anonimato, o sigilo e confidencialidade dos dados, a existência de risco mínimo para os participantes, os benefícios esperados, a liberdade de participar ou não, bem como a possibilidade de recusar-se a participar a qualquer momento sem que ocorra nenhum prejuízo.

3. Resultados e discussão

Com a análise dos dados de um recorte com 232 ACS do município de Palmas-TO, pode-se observar o perfil pessoal e laboral desses trabalhadores, quais atividades realizam no dia-a-dia e quais temáticas consideram prioritárias em relação a sua qualificação profissional.

Tabela 1. Perfil pessoal dos Agentes Comunitários de Saúde. Palmas, TO, 2023. n=232

VARIÁVEIS		N	%
Faixa etária	27 até 35 anos	20	8,6
	36 até 44 anos	78	33,6
	45 até 53 anos	104	44,8
	54 até 62 anos	23	9,9
	Não respondeu	7	3,0
Sexo Biológico	Feminino	164	70,7
	Masculino	68	29,3
Escolaridade	Ensino médio incompleto	2	0,9
	Ensino médio completo	73	31,5
	Ensino superior incompleto	80	34,5
	Ensino superior completo	68	29,3
	Pós-graduação	6	2,6
	Mestrado/doutorado	1	0,4
Não respondeu	2	0,9	

Fonte: autores (maio de 2023)

Na Tabela 1, observa-se que a faixa etária predominante dos ACS é de 45 a 53 anos (44,8%), o sexo biológico feminino (70,7%) e a escolaridade com ensino superior incompleto (34,5%). A idade média dos ACS participantes foi de 44,8 anos, sendo a mínima de 27 e a máxima de 59 anos.

Perfil pessoal, laboral e temáticas prioritárias para qualificação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde

Ao comparar com outros estudos, como os de Cabral, Gloriano e do Nascimento (2019) e Fonseca (2019), confirmou-se a predominância do sexo feminino, expondo a feminização da profissão e alinhando-se à tendência observada na área da saúde. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 70% dos trabalhadores da saúde são do sexo feminino (IBGE, 2024).

Em relação à idade média, em comparação ao primeiro estudo citado no parágrafo acima, houve uma discrepância significativa de aproximadamente 10 anos. Nos ACS de Palmas-TO, a média de idade foi mais elevada (44,8) do que na outra pesquisa (35,5 anos). Supõe-se que uma das razões seja o fato de que o último concurso para esse cargo no município foi realizado há mais de 10 anos (em 2014).

Embora o critério para o cargo seja apenas ter o ensino médio completo, a maioria afirmou ter escolaridade igual ou maior, com destaque para superior incompleto, consoante aos dados encontrados no estudo de Nascimento *et al.* (2022). Além disso, cerca de um terço desses ACS concluiu o ensino superior, evidenciando a vontade de continuar os estudos e se qualificar cada vez mais.

Quanto ao perfil ocupacional dos ACS verifica-se que todos são efetivos, concursados e trabalham na Estratégia Saúde da Família, cumprindo a carga horária de 40 horas semanais. O tempo médio de atuação foi de 13,4 anos (DP = 3,5 sendo o mínima de 5 e o máxima de 25 anos).

Gráfico 1- Principais atividades referidas por Agentes Comunitários de Saúde no desenvolvimento do seu trabalho. Palmas,TO, 2023. n= 431



Fonte: autores (maio de 2023)

Quanto às principais atividades realizadas pelos ACS no dia a dia, as mais citadas foram visitas domiciliares, orientações relacionadas à saúde (sendo elas cuidados sobre quintal, promoção e prevenção, programas do governo e orientações gerais) , agendamento de consultas e digitação de dados (como o cadastro e atualização do cidadão, visitas domiciliares) no sistema e-SUS Atenção Primária, sendo as mais recorrentes no trabalho diário. As respostas classificadas na categoria “outros” foram “todas as atribuições dos ACS e atendimento geral”.

Conforme a Portaria nº 2.436 (Brasil, 2017), que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), é de atribuição dos profissionais da APS o processo de territorialização e mapeamento da área, realizar busca ativa, notificar doenças e agravos de notificação compulsória, participar do acolhimento dos pacientes, entre outras atividades. As principais atividades dos ACS foram as que mais se destacaram, sendo elas as visitas domiciliares e a educação em saúde (orientações relacionadas à saúde). Por outro lado, há somente um relato de reuniões, sendo elas onde geralmente ocorrem as atividades de EPS, no âmbito local.

Entre as respostas dos ACS, algumas atribuições não foram identificadas, como a realização do mapeamento da área. No entanto, visto que eles já atuam na área há anos, estão familiarizados com o território e realizaram o mapeamento no início. Vale destacar que, apesar disso, o território é dinâmico e está em constante mudança. É necessário estar atento a novos bolsões de vulnerabilidade, surgimento de novos agravos, criação de novos comércios, mudanças de residência, entre outros fatores.

Além disso, esperava-se que fossem pontuadas mais detalhadamente as funções dos ACS, segundo o preconizado na PNAB, porém muitas não foram citadas diretamente, como identificar casos suspeitos de doenças e agravos e desenvolver ações entre equipe e comunidade, entre outras (Brasil, 2017).

Quadro 1 - Temáticas prioritárias elencadas pelos ACS para Educação Permanente. Palmas, 2023.

TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS		N	%
Relacionado a doenças transmissíveis (167 -51,5%)	Hanseníase	63	19,4
	Tuberculose	39	12
	Imunização	32	9,9

Perfil pessoal, laboral e temáticas prioritárias para qualificação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde

	IST's	11	3,4
	Raiva	7	2,2
	Dengue	7	2,2
	Uso de EPI's	4	1,2
	Doenças e viroses prevalentes na região norte	2	0,6
	COVID	1	0,3
	Zica	1	0,3
Relacionado a doenças não transmissíveis (47 – 14,5%)	Saúde mental	18	5,6
	Diabetes	15	4,6
	Doenças crônicas não transmissíveis	4	1,2
	Câncer	2	0,6
	Hipertensão arterial	2	0,6
	Autismo (direitos do paciente)	2	0,6
	Endometriose	1	0,3
	Direitos do paciente com alguma síndrome	1	0,3
	Síndrome metabólica	1	0,3
	Anemia falciforme	1	0,3
Atribuições (47 – 14,5%)	Funções/atribuições dos ACS	29	9
	Políticas públicas do SUS	6	1,9
	Funções/atribuições dos ACE	5	1,5
	Educação em saúde	3	0,9
	Abordagem com pacientes acamados	2	0,6
	Promoção de saúde	1	0,3
	Visitas domiciliares	1	0,3
Relacionadas a ferramentas de trabalho (26 – 8,0%)	Atualização de sistema	12	3,7
	Tecnologia/informática	11	3,4
	Prática em coleta e inserção de dados nos sistemas da saúde (cadastro de famílias, digitação)	3	0,9
Relacionados a vulnerabilidades (17 -5,2%)	Violência contra o idoso	8	2,5
	Violência contra a criança	3	0,9
	Vulnerabilidade social	2	0,6
	Violência contra a mulher	2	0,6
	Vítimas de violência	2	0,6
Agravos ou doenças relacionados a animais (14 – 4,3%)	Mordida de animais domésticos	9	2,8
	Animais peçonhentos	4	1,2
	Doenças passadas de animais para humanos	1	0,3
Outros (6 – 1,9%)	Alcoolismo/Drogas	1	0,3
	Planejamento familiar	1	0,3

	Pré-natal	1	0,3
	Fluxograma de atendimento da rede (UBS, referência e contra referência)	1	0,3
	Gestão	1	0,3
	Primeiros socorros em caso de engasgo	1	0,3
Total de temas sugeridos		324	100

Fonte: autores (maio de 2023)

A partir da questão descritiva respondida pelos participantes, as temáticas prioritárias foram categorizadas e analisadas quantitativamente. O quadro 1 apresenta as temáticas prioritárias apontadas pelos ACS para as atividades de EPS. Dos 232 ACS que participaram do estudo, 229 responderam sobre as temáticas prioritárias, sendo o total de 324 temas sugeridos.

Os cinco temas que se mostraram mais necessários foram, em ordem decrescente, hanseníase, tuberculose, imunização, funções dos ACS e saúde mental.

A categoria relacionada a doenças transmissíveis foi responsável por mais da metade das indicações (51,5%). Dentro dela, destacam-se os temas hanseníase, que recebeu o maior número de votos (n=63), e imunização.

Com base nos estudos de Gomes e Bessa (2022) e Marcula *et al.* (2023), a hanseníase é considerada uma doença hiperendêmica no município de Palmas, que possui o maior número de casos confirmados do Tocantins. Portanto, é compreensível que seja a temática mais solicitada pelos ACS, que precisam da EPS para ter o conhecimento aprimorado, a fim de prestarem uma boa assistência aos pacientes que contraíram a doença e aos expostos, além da busca ativa e promoção de educação em saúde para a população.

Como as cadernetas vacinais devem ser monitoradas e atualizadas com frequência, faz-se necessária a qualificação dos ACS para que possam contribuir com a conferência da situação vacinal de seus pacientes durante as visitas domiciliares, nas campanhas de vacinação e orientar assertivamente as famílias sobre esse tema tão importante, de modo que possam sanar dúvidas e refutar notícias falsas ou defasadas (Monteiro *et al.*, 2021), no atual cenário de queda de cobertura vacinal e risco da volta de doenças já erradicadas ou controladas.

Além disso, a categoria relacionada a doenças não transmissíveis foi a segunda mais indicada (14,5%), com destaque para a saúde mental. Esse é um tema muito

Perfil pessoal, laboral e temáticas prioritárias para qualificação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde

recorrente na atualidade. De acordo com Silva, Queiroz e da Silva (2021), após a pandemia da Covid-19, houve um aumento súbito nos casos de transtornos mentais, sendo assim, é notório que os ACS precisam ter o conhecimento para conseguir solucionar dúvidas a respeito, acompanhar o tratamento, realizar ações coletivas, entre outros.

Vale ressaltar que, na categoria de atribuições, as funções/atribuições dos ACS aparecem em primeiro lugar, conforme demonstra o Gráfico 1 deste estudo. Isso evidencia a dificuldade que os ACS têm em definir com exatidão suas funções conforme estabelecido na PNAB (Brasil, 2017), ressaltando a necessidade de abordar essa temática. Assim, são necessárias intervenções de EPS que reafirmem detalhadamente as funções dos ACS, pois como estão na área há muitos anos, o conhecimento adquirido no início da carreira pode estar adormecido.

Outrossim, na categoria relacionada a ferramentas de trabalho, pontuou-se a atualização de sistema e tecnologia/informática, sendo ela imprescindível na EPS pois parte do trabalho dos ACS é alimentar os sistemas com os dados coletados, sendo essas informações necessárias para o diagnóstico situacional, planejamento de futuras ações e comprovação do trabalho realizado, de forma que eles necessitam desse conhecimento diariamente para conseguir cumprir essa demanda laboral.

No quesito da vulnerabilidade, a Atenção Primária à Saúde (APS) é a porta de entrada do SUS, portanto, os profissionais devem ser capacitados sobre como agir nessas situações, especialmente os ACS, pois, como estão inseridos na comunidade, conseguem ter um acesso mais amplo que o restante da equipe e identificar mais casos de vulnerabilidades como violência contra a mulher, idosos, crianças, casas de profissionais do sexo e entre outros. Dessa forma, a assistência prestada será mais eficiente e benéfica tanto para os pacientes quanto para o profissional que passa a ter mais confiança para agir.

Portanto, o destaque dessas temáticas prioritárias é de suma importância, pois dissociar a prática da teoria é inconcebível devido à sua estreita interdependência, ao passo que toda teoria há de partir da prática (Soares, 2020). Assim, definir as necessidades do público-alvo torna a EPS mais assertiva e eficaz.

4. Considerações finais

Após avaliar o perfil dos ACS da rede municipal de Palmas, nota-se que buscaram aprofundamento nos estudos, ao passo que para o cargo é necessário apenas a conclusão do ensino médio e alguns ainda seguiram o caminho acadêmico e finalizaram o ensino superior. Por conseguinte, as ações de EPS, segundo a necessidade dos ACS, apresentam-se como ferramenta para propiciar esse desejo de aperfeiçoar o conhecimento e suprir as necessidades laborais na busca pela maior qualidade no trabalho prestado.

Foi evidenciado que parcela considerável dos ACS é mais velha e possui ampla experiência laboral. Esses profissionais com maior tempo de permanência, por um lado, possuem um maior vínculo com a comunidade, conhecem e vivenciam os problemas e necessidades do território, por outro, denotam a necessidade de constante atualização por meio de ações de EPS a partir de suas necessidades de aprendizagem, sempre buscando a melhor qualificação para resolução e enfrentamento de problemas, buscando maior qualidade do trabalho realizado.

No que se refere às atividades diárias, conclui-se que elas correspondem à grande parte das atribuições dos ACS. Entre essas, a visita domiciliar foi destacada de maneira praticamente unânime pelos participantes. No entanto, algumas atividades foram mencionadas por poucos ou nenhum profissional, como as reuniões (que costumam ocorrer na EPS), evidenciando o déficit dessa abordagem.

As temáticas apontadas como necessárias para EPS, pelos próprios profissionais, indica o diagnóstico de suas necessidades para atuação no dia a dia de trabalho. Portanto, as ações de EPS devem ser voltadas para essas áreas, com destaque para as doenças transmissíveis ao passo que apenas a qualificação inicial não é capaz de suprir as constantes atualizações das necessidades do território de atuação e do cenário epidemiológico singular. Nesse sentido, acredita-se que a EPS, planejada e realizada conforme as necessidades dos ACS, irá instrumentalizá-los para atuação com maior qualidade e resolutividade no seu cenário de atuação.

Como limitação do estudo, destaca-se a dificuldade de acessar os ACS para participarem do estudo devido a sua atuação majoritária no campo de visitas domiciliares, à metodologia transversal que retrata apenas a situação atual e à

Perfil pessoal, laboral e temáticas prioritárias para qualificação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde

dificuldade de encontrar estudos científicos recentes sobre EPS com ACS, denotando ser essa temática sugestiva para outros estudos.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006. Dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 6 out. 2006. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11350-5-outubro-2006-545707-publicacaooriginal-58977-pl.html> Acesso em: 10 jun. 2024

BRASIL. Lei nº 13.595, de 5 de janeiro de 2018. Dispõe sobre as atribuições do Agente Comunitário de Saúde (ACS) e do Agente de Combate às Endemias (ACE). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 jan. 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/173284627/dou-secao-1-08-01-2018-pg-2> Acesso em: 10 jun. 2024

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. **O trabalho do Agente Comunitário de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 3ªed, p. 01-40, 2000. ISBN 85-334-0224-4. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd09_05a.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024

CABRAL, Juliana Fernandes; GLERIANO, Josué Souza; DO NASCIMENTO, Jakelline Débora Martins. Perfil sociodemográfico e formação profissional de agentes comunitários de saúde. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, p. 193-209, 2019.

FERREIRA Lorena *et al.* Educação Permanente em Saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 120, p. 223-239, Jan./Mar., 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/3wP8JDq48kSxRFMZqGt8rNQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 mai. 2023

FONSECA, Roberta Bárbara Gomes. O perfil do Agente Comunitário de Saúde e sua feminização. **Enfermagem Brasil**, v. 18, n. 3, p. 430-436, 2019.

GOMES, Karinne Rocha; BESSA, Kelly. ESTUDO DA CONDIÇÃO HIPERENDÊMICA DA HANSENÍASE EM PALMAS, TO. **Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 18, p. 67-88, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024

MARCULA, Beatriz Silva; ANDRADE, Larissa da Silva; FREITAS, Maria Antonieta; CAVALCANTE, Nilton Vale. A incidência e o perfil epidemiológico da Tuberculose no Tocantins no período de 2021-2022. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 44, p. e13204, Mai., 2023.

MONTEIRO, Diana Loyce *et al.* Capacitação sobre vacina para os agentes comunitários de saúde: relato de experiência de residentes em saúde coletiva. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, p. e23101219963-e23101219963, 2021.

NASCIMENTO, Viviani Silva Nascimento *et al.* Caracterização do perfil sócio demográfico dos agentes comunitários de saúde. **Encontro de Discentes Pesquisadores e Extensionistas**, v. 1, n. 01, p. e202213-e202213, 2022.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**/ 3 ed. 16 reimpr. São Paulo: Atlas, 2015. p. 70.

SECCO, Ana Caroline *et al.* Educação permanente em saúde para agentes comunitários: um projeto de promoção de saúde. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 13, n. 1, p. 1-17, 2020.

SILVA, Flavia Vieira Lima; QUEIROZ, Mayla Thaliny Barbosa Ferreira; DA SILVA, Patrício Francisco. Saúde mental em tempos de pandemia: o aumento dos transtornos psicossociais ocasionados pela COVID-19. **Saúde Coletiva: avanços e desafios para a integralidade do cuidado**, v. 2, 2021.

SOARES, Maria Perpétua do Socorro Beserra. Formação permanente de educadores: o movimento de ação-reflexão-ação e a participação como princípios formativos fundamentais. **Revista Cocar**, v. 14, n. 29, p. 528-545, 2020.

VALLEGAS, Alessandra Branco *et al.* A educação permanente em saúde no processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 4, p. e129942962-e129942962, 2020.

Perfil pessoal, laboral e temáticas prioritárias para qualificação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

Sobre as autoras

Júlia Leão Ávila Pessoa

Graduanda em enfermagem pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Bolsista PIBIC-CnPq. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva (GEPESCol/UFT). E-mail: julia.leao@mail.uft.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4407-6859>

Gislaine Aneanes da Silva

Possui graduação em Enfermagem pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (2019). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciência e Saúde (PPGECS) da UFT. Membro do GEPESCol/UFT. E-mail: gislaine.aneanes@mail.uft.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1165-3707>

Mirian Cristina dos Santos Almeida

Professora Adjunta do Curso de Graduação em Enfermagem e do PPGECS da UFT. Tutora na Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade na Fundação Escola Saúde Pública de Palmas (FESP). Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento em Enfermagem da Escola de Enfermagem da USP. Mestre em Enfermagem pela Universidade Guarulhos. Especialista em Enfermagem do Trabalho pela Universidade Cruzeiro do Sul e em Saúde da Família pela UNIFESP. Líder do GEPESCol- UFT. E-mail: mirian.cristina@mail.uft.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9178-1345>

Recebido em: 30/06/2024

Aceito para publicação em: 29/07/2024